

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VANTAGENS DE DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NORDESTINAS DE PRODUTOS PRIMÁRIOS

M. Cleide R. Carlos

Introdução

Em países ou regiões onde a agricultura já desempenha a importante função de gerar um excedente capaz de atender aos setores não agrícolas, a preocupação básica é a de obter uma forma de aproveitamento do excedente líquido, que por acaso venha surgir.

A exportação tem sido a fórmula mais usada para a sua colocação, por ser também uma forma adequada para se obter divisas e ampliar a capacidade para importar.

O setor primário do Nordeste, não obstante as limitações climáticas e meteorológicas, e as distorções inerentes à sua estrutura fundiária (1), tem gerado um excedente líquido expressivo desde a fase primário-exportadora da economia. A criação deste excedente, contudo, não tem exigido um esforço relevante da Região (2), uma vez que o mesmo resulta de uns poucos produtos agrícolas tradicionais, para cuja produção a Região apresenta relativa vantagem comparativa (3). Dadas as limitações de ordem econômica e institucional que esses produtos encontram no mercado externo, pode-se concluir que o montante de divisas a serem geradas através desse processo não atende às necessidades de desenvolvimento da Região a um prazo mais longo, quando se abstraem as relações de troca entre a Região e outros Estados brasileiros.

Nos últimos anos, o Governo brasileiro tem optado por um modelo de desenvolvimento dentro do qual o setor externo assume papel relevante. Por força dessa orientação tem-se desenvolvido um programa de promoção de exportações, no sentido de orientar a produção nacional principalmente com vistas ao mercado externo. Além das medidas tomadas com relação ao setor manufatureiro, o Governo procurou orientar o crescimento do setor agrícola, de forma que este venha a atingir altos níveis de produtivi-

(1) Ver, por exemplo, CARLOS, M. Cleide (1971). "Distribuição da Posse da Terra e Uso de Fatores de Produção na Agricultura Brasileira" — RE N.º 12.

(2) Ver CASTRO, A. Barros (1969). "7 Ensaio sobre a Economia Brasileira". Ed. Forense, Rio de Janeiro, p. 144.

(3) Em 1970, o cacau, o açúcar e o algodão representaram 59% do valor das exportações nordestinas.

dade, a partir da utilização em escala crescente, de insumos e maquinarias modernas. O incremento de produção daí resultante deverá atender os objetivos do modelo estabelecido.

Dentro do chamado modelo brasileiro, o Nordeste vem desempenhando um intenso programa de promoção de exportações e de reativação de sua economia em geral. O Banco do Nordeste do Brasil acaba de elaborar um documento (4) que prevê, na década de setenta, uma taxa anual de crescimento de 10% da renda interna. Para que a renda regional cresça a esse ritmo, o estudo estima uma taxa anual de crescimento de 6,5% para o produto agrícola. O atingimento dessa taxa, todavia, implica no aumento das exportações de produtos primários a uma taxa em torno de 5% ao ano, uma vez que a demanda interna regional e do Resto do País não é capaz de crescer suficientemente para absorver todo o incremento de produção do setor. O estudo especial que trata do diagnóstico e das perspectivas das exportações nordestinas, parte integrante do citado documento, entretanto, estima em aproximadamente 3,8% a taxa anual de crescimento das exportações dos dez principais produtos tradicionais (5), que concorreu com a elevada proporção de mais de 82% das exportações regionais.

Tendo em vista essa perspectiva, as instituições de desenvolvimento regional vêm empregando esforços no sentido de incrementar as exportações de outros artigos de menor significação na pauta e de outros produtos novos que possam garantir uma elevada taxa de crescimento das exportações. Esses produtos deverão preencher o hiato resultante da diferença entre as necessidades previstas de crescimento das exportações totais e as possibilidades de crescimento das exportações dos dez produtos tradicionais.

As expectativas giram em torno de novos produtos que apresentam no momento boas perspectivas de mercado externo e que sofrem atualmente expansão significativa da oferta, com a implantação do programa de modernização da agricultura regional.

Neste trabalho procura-se mostrar algumas vantagens econômicas de substituição das exportações nordestinas de produtos primários tradicionais por produtos primários não tradicionais (culturas tropicais e/ou outros produtos semiprocessados), ressaltando as coerências existentes entre esta alternativa e as diretrizes tomadas com relação ao modelo global de desenvolvimento.

Obstáculos na Exportação de Produtos Primários Tradicionais

A experiência histórica tem mostrado que existe fenômeno mais ou menos generalizado em torno do tipo de comércio e de outras relações econômicas existentes entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

(4) BNB-ETENE. "Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste até 1980". Inédito. A síntese desse estudo foi divulgada pela Revista Econômica, n.º 11.

(5) No estudo foram considerados como produtos tradicionais de exportação: cacau, açúcar, algodão, óleo de mamona, sisal, fumo, cera de carnaúba, babaçu, lagosta e castanha-de-caju, embora existam muitos outros produtos tradicionais na pauta; mas de pequena significação.

Estando os últimos ligados política e economicamente aos primeiros, na maioria dos casos (6), é evidente que aqueles efetuem o seu comércio à base de alimentos e matérias-primas, ao mesmo tempo que importem dos países industrializados a maior parte dos produtos manufaturados que necessitam para atender aos seus objetivos de desenvolvimento. É o que Ianni (7) denomina de dependência estrutural, que se desenvolve na medida em que o comércio entre os países incorpora as atividades econômicas das colônias e países do "terceiro mundo" ao sistema de produção centralizado nos países que compõem o Mercado Comum Europeu, no Japão e nos Estados Unidos. Conforme o autor, a ampliação da interdependência e complementariedade entre as economias de vários países implica também a expansão das relações e estruturas de dependência.

Assim, os países que desejarem emergir da situação de subdesenvolvimento têm que optar, pelo menos, por uma política de comércio exterior que lhes possibilite realizar mudanças nas áreas geográficas de comércio e na estrutura da pauta de suas exportações, substituindo gradativamente os produtos primários por produtos manufaturados ou semimanufaturados.

A necessidade de mudança na estrutura da pauta reside no fato de o comércio de produtos primários apresentar certas características que impedem o seu dinamismo. As principais são: a baixa elasticidade-renda da demanda, no caso dos alimentos; a instabilidade de preços nos mercados externos; a intensa concorrência entre ofertantes; o aparecimento de produtos artificiais concorrentes às matérias primas naturais; e as políticas restritivas ao comércio de produtos primários, impostas pelos países desenvolvidos.

No caso do Nordeste, os principais produtos de exportação apresentam, em geral, pequeno grau de elaboração ou de beneficiamento, estando sujeitos a todas aquelas limitações, como se comentará a seguir:

a) **Baixa elasticidade renda da demanda de alimentos.** Entre os dez principais produtos de exportação do Nordeste, cinco são produtos alimentícios: cacau, açúcar, óleo de babaçu, lagosta e castanha-de-caju. Embora não se disponha dos coeficientes de elasticidade-renda dos três últimos produtos, acredita-se que sejam relativamente mais altos do que os dos dois primeiros. Mas, tal fato tem pouca significação em termos de incremento das exportações globais, face à pouca representatividade desses produtos no conjunto das vendas da Região.

Com relação ao cacau e ao açúcar, os dois principais produtos de exportação, verifica-se que os coeficientes de elasticidade-renda são relativamente baixos, quando comparados com os de citros e de carne bovina, produtos mais dinâmicos (Ver quadro 1). No caso do açúcar, que representa atualmente 29% das exportações totais, o coeficiente de elasticidade-renda

(6) GUNDER FRANK, A. (1969). "Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano" em *Urbanização e Subdesenvolvimento*, Zahar, Rio de Janeiro. O autor, em sua tese sobre as relações metrópole-satélite, tenta demonstrar que o atraso de certas regiões ou países resulta das relações econômicas ou de outra natureza entre a metrópole e aquelas, situadas como regiões periféricas.

(7) IANNI, Octavio (1971). "La Dependencia Estructural" em *Comércio Exterior*, Vol. XXI, n.º 12, diciembre 1971, México, pp. 1.131 — 1.138.

da demanda é nulo em relação ao seu principal mercado — Estados Unidos — que absorveram, em 1970, 59% das vendas do Nordeste. É verdade que os E.U.A., estão diminuindo a sua participação no mercado do açúcar nordestino, em benefício da entrada de novos compradores no mercado. Mas, a maior parte dos novos importadores — União Soviética e alguns países do Leste Europeu —, apresentam coeficientes de elasticidade-renda também de pequena significação.

b) **Instabilidade de preços externos.** A deterioração dos preços dos produtos agrícolas no mercado externo é um dos fenômenos mais comuns. Dentre os dez principais produtos de exportação do Nordeste, o que teve seus preços mais aviltados durante a década passada foi a cera-de-carnaúba. Parte do decréscimo dos preços pode ser atribuída à desorganização do mercado interno exportador, fenômeno ocorrido também com relação ao fumo, ao óleo de mamona e ao sisal.

O quadro 2 oferece uma visão geral do comportamento dos preços médios dos dez principais produtos de exportação na década passada. O produto que registrou maior instabilidade de preços foi o sisal, seguindo-se a lagosta, o cacau, o açúcar, a cera-de-carnaúba e outros, como mostram os coeficientes de variação apresentados no referido quadro. A lagosta teve um considerável aumento de preço durante a década, ocorrendo o contrário com a cera-de-carnaúba. O caso do cacau pode ser explicado pela intensa desorganização do mercado mundial que leva a sucessivas variações de estoques.

c) **Grande número de fornecedores.** O mercado externo de produtos agrícolas é extremamente concorrido. A grande maioria dos fornecedores são países subdesenvolvidos ou colônias e ex-colônias dos países industrializados.

Os quadros 3.a., 3.b., 3.c., 3.d. e 3.e. mostram todos os exportadores de cacau, açúcar, algodão, sisal e óleo de mamona, com a respectiva participação no mercado dos principais países concorrentes. Esses produtos representavam 69,9% do valor da pauta de exportação do Nordeste, em 1970. Com relação ao cacau existem 10 grandes fornecedores que exportaram quantidades superiores a 10 mil toneladas do produto, em 1969, além de 42 outros fornecedores de menor significação no mercado. O mesmo fenômeno ocorre com relação aos outros produtos. Existem 16 fornecedores de açúcar que exportaram mais de 20 mil toneladas, em 1969, contando ainda 34 fornecedores de menor porte; 15 grandes exportadores de algodão em rama, com mais de 50 mil toneladas exportadas no período, excluindo 48 pequenos fornecedores; 9 grandes exportadores de sisal, com mais de 140 mil toneladas exportadas no período, além de 15 exportadores de menor porte; e 8 países que exportaram mais de 6 mil toneladas de óleo de mamona no período, excluindo 15 exportadores de menor significação no mercado.

Em 1969, o Brasil apresentava-se como terceiro exportador mundial de cacau e de açúcar; segundo, de algodão e de sisal; e primeiro fornecedor de óleo de mamona, não se conhecendo a participação do Nordeste no mercado mundial.

d) **Concorrência com sucedâneos artificiais.** No caso das matérias-primas, grande parte dos produtos nordestinos de exportação está perdendo

mercado para os produtos artificiais, que estão concorrendo muitas vezes com custos mais reduzidos.

Com relação ao algodão, o produto nordestino de fibra longa já sofre a concorrência das fibras artificiais e apresenta perspectivas de concorrência mais intensa a prazo mais longo. É o caso também do sisal, que se depara com a concorrência das fibras sintéticas, como por exemplo a fibra de poliéster, produzida a custos cada vez menores.

A cera-de-carnaúba, apesar de sua insubstituibilidade na produção de certos artigos sofre forte concorrência das ceras sintéticas microcristalinas, sobretudo daquelas derivadas do petróleo, das resinas naturais e sintéticas e da cera de licuri.

Além dos problemas já mencionados vale acrescentar que esses produtos, embora apresentando, em geral, condições razoáveis de concorrência do lado da oferta, acham-se influenciados por problemas de ordem interna, que dificultam seu bom desempenho no mercado externo, tais como baixa produtividade, qualidade inferior de alguns produtos regionais e irregularidade na oferta, devido em parte às limitações de ordem climática e meteorológica.

Problemas de ordem institucional podem ainda ser lembrados, como a concorrência com produtos que são protegidos com isenção alfandegária e fiscal no Mercado Comum Europeu, quando provenientes de suas **ex-colônias**. É o caso do cacau africano.

e) **Políticas restritivas:** As políticas impeditivas do comércio de produtos primários têm surgido como consequência do rápido progresso tecnológico na agricultura, com a ocorrência de elevado crescimento do produto agrícola.

Como o incremento no produto agrícola não pode ser correspondido com o mesmo incremento na demanda interna para alimentos e para outros produtos agrícolas, devido à inelasticidade da demanda, os governos nacionais têm optado, na maioria das vezes, pela política de subsídio às exportações desses produtos. Os países importadores, em contrapartida, impõem barreiras à importação, com o objetivo de defender o crescimento da renda agrícola.

O resultado disso é um conflito de interesses, que torna o comércio de produtos agrícolas caracterizado por altos níveis de proteção. No balanço geral são os países subdesenvolvidos os prejudicados, por serem os maiores exportadores desses produtos. Os países industrializados vêm impondo fortes barreiras à importação de produtos primários, quer através de fixação de quotas, quer através de tarifas, ou ainda através de impostos internos.

Entre os produtos nordestinos de exportação, a maioria deles sofre restrições tarifárias pelo Mercado Comum Europeu, enquanto outros enfrentam diferentes tipos de restrição por parte do mercado norte-americano.

O caso do cacau é ilustrativo para o problema dos demais. O Mercado Comum Europeu é um grande mercado consumidor do produto. Mas, devido às vantagens concedidas aos jovens países africanos, através do Tratado de Roma e aos direitos preferenciais da União Aduaneira Metropolitana

extendidos às ex-colônias francesas (Costa do Marfim, República dos Camarões e Togo), as importações de cacau nordestino são de pequena magnitude naquele mercado. Fato semelhante ocorre com relação ao açúcar no mercado norte-americano, embora isso beneficie no momento as exportações nordestinas do produto. Para incentivar a produção interna, o País paga elevados preços para o produto importado, mantendo um sistema de cotas no mercado preferencial. Atualmente, a taxa de crescimento da produção interna já é superior à taxa de crescimento da demanda (8), e tal fato já ficou demonstrado pela diminuição da quota fixada para as importações brasileiras de açúcar.

Quadro 1. Coeficientes de Elasticidade — Renda da Demanda de Alguns Produtos Alimentícios

Regiões	Açúcar	Cacau	Citros	Carne Bovina
América do Norte	0,00	0,10	0,49	0,40
Mercado Comum Europeu	0,38	0,27	0,66	0,52
Norte da Europa	0,01	0,15	0,62	0,36
Sul da Europa	0,59	0,40	0,45	0,82
URSS e Leste Europeu	0,44	0,74	...	0,57
América Latina	0,19	0,48	0,57	0,23
África	1,03	0,66	0,69	0,86
Oriente Próximo	0,81	0,68	1,00	0,83
Oriente Médio	0,92	0,96	1,64	1,17

Fonte: *FAO Agricultural Commodities — Projections for 1975 and 1985.*

(8) Ver *BNB/ETENE* — “Evolução, Características e Perspectivas das Exportações do Nordeste”, inédito.

Quadro 2 — Preços Médios Externos dos Dez Principais Produtos de
Exportação do Nordeste — 1961/70
(US\$/t)

Produtos	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	Coefficiente de Variação
Cacau	415,6	398,3	468,1	439,4	292,2	415,8	484,2	562,1	823,4	604,3	28,2
Açúcar	78,1	89,6	140,3	123,6	46,8	91,4	112,1	120,8	110,7	116,1	24,8
Algodão	560,0	547,5	518,1	441,8	504,0	504,8	497,5	558,6	464,0	457,4	7,9
Óleo de mamona	252,9	242,8	229,7	216,6	189,0	235,8	306,8	315,4	247,3	245,3	14,5
Fumo	596,8	626,8	623,0	488,3	498,3	509,3	458,2	497,1	598,1	619,6	11,5
Sisal	192,7	192,7	280,3	276,4	163,8	150,8	127,3	106,2	116,7	111,0	35,5
Cera-de-Carnaúba	1.351,1	1.048,4	899,4	920,6	890,5	713,8	686,3	688,7	700,7	703,8	23,6
Lagosta	1.644,7	1.951,1	1.980,2	1.665,9	3.033,6	3.431,0	2.844,0	3.264,9	4.149,9	3.610,0	30,7
Óleo de Babaçu	—	207,8	180,0	—	244,9	—	285,0	325,7	242,7	276,4	18,0
Castanha-de-Caju	672,4	590,2	680,7	713,5	967,4	985,0	985,0	918,4	1.030,1	1.100,6	19,9

Fonte: CACEX.

Quadro 3.a. Exportações Mundiais de Cacau
em Amêndoas — 1969

Países	Quantidade 10 t métricas	% das quantidades	Valor US\$ 1.000
Gana	31.359	31,0	214.196
Nigéria	17.361	17,1	147.269
Brasil	11.959	11,8	105.490
Costa do Marfim	11.891	11,7	98.187
Camarões	7.382	7,3	62.987
Equador	3.240	3,2	24.378
Guiné Equatorial	3.101	3,1	15.000
República Dominicana	2.382	2,4	19.811
Togo	1.859	1,8	15.748
Venezuela	1.059	1,0	7.348
Outros (*)	9.695	9,6	67.319
TOTAL MUNDIAL	101.288	100,0	777.733

Fonte: FAO — ANNUAIRE DU COMMERCE — 1970.

(*) Inclui Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Holanda, Suíça, Reino Unido, Costa Rica, Granada, Guadalupe, Haiti, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Santa Lúcia, Trinidad, Estados Unidos, Peru, Surinam, Ceilão, Indonésia, Japão, Malásia, Singapura, Angola, Rep. Centro-Africana, Ilhas Comaras, Congo Brazaville, Congo Belga, Gabão, Libéria, Madagascar, S. Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Br. Solomon, Fiji, Novas Hébridas e Samoa Ocidental, que exportaram quantidades inferiores a 10 mil toneladas métricas no ano.

Quadro 3.b. Exportações Mundiais de Açúcar
1969

Países	Quantidade 10 t métricas	% das quantidades	Valor US\$ 1.000
Cuba	39.200	27,0	42.000
Austrália	20.221	13,9	13.018
Brasil	10.978	7,6	11.505
Filipinas	10.059	6,9	15.146
República Dominicana	6.321	4,4	8.882
África do Sul	7.002	4,8	5.283
México	6.039	4,2	9.143
Maurício	5.962	4,1	5.868
Rep. Pop. da China	5.047	3,5	4.300
Guiana	3.555	2,5	4.188
Fiji	3.219	2,2	3.230
Jamaica	2.990	2,1	3.353
Peru	2.703	1,9	3.893
Ilhas Ryubyu	2.113	1,5	4.085
Remion	2.095	1,4	3.766
Trinidad	2.038	1,4	2.431
Outros (*)	15.358	10,6	17.735
TOTAL MUNDIAL	144.909	100,0	157.826

Fonte: FAO — Annuaire du Commerce — 1970.

(*) Inclui Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Hungria, Polônia, Reino Unido, Barbados, Honduras Britânica, Costa Rica, El Salvador, Guadalupe, Guatemala, Haiti, Honduras, Martinica, Nicarágua, Panamá, St. Kitts, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Surinam, Rep. Dominicana Chinesa, Índia, Coreia Republicana, Singapura, Tailândia, Angola, Madagascar, Moçambique, Rodésia e Uganda, que exportaram menos de 20.000 toneladas métricas.

Quadro 3.c. Exportações Mundiais de Algodão em Rama
1969

Países	Quantidade 10 t métricas	% das quantidades	Valor US\$ 1.000
Estados Unidos	54.436	14,6	28.073
Brasil	43.938	11,7	19.001
México	37.022	9,9	14.002
RAU	22.711	6,1	30.067
Camarões	22.593	6,0	1.123
Turquia	20.291	5,4	11.100
Sudão	17.199	4,6	14.201
Síria	12.413	3,3	7.980
Paquistão	10.637	2,8	5.421
Nicarágua	9.067	2,4	4.543
Peru	8.776	2,3	6.468
Quatemala	7.311	1,9	3.933
Colômbia	5.882	1,6	3.222
Tanzânia	5.678	1,5	3.289
Uganda	5.290	1,4	3.513
Outros (*)	91.913	24,5	59.437
TOTAL MUNDIAL	375.157	100,0	215.373

Fonte: FAO — Anuário do Comércio — 1970.

(*) Inclui Albânia, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha Ocidental e Oriental, Grécia, Itália, Holanda, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Paraguai, Afeganistão, Península Arábica, Birmânia, Rep. Pop. da China, Hong Kong, Índia, Iraque, Israel, Japão, Coreia Republicana, Líbano, Singapura, Tailândia, Argélia, Angola, Rep. Centro-África, Maomé, Costa do Marfim, Quênia, Madagascar, Mali, Manoco, Moçambique, Nigéria, Rhod Nyas, Samólia, África do Sul, Togo, Alto Volta e Austrália, que exportaram menos de 50.000 t métricas.

Quadro 3.d. Exportações Mundiais de Sisal — 1969

Países	Quantidade 10 t métricas	% das quantidades	Valor US\$ 1.000
Tanzânia	172.099	32,6	22.352
Brasil	144.419	27,3	16.850
Angola	50.146	9,5	6.856
Quênia	35.871	6,8	4.821
México	34.762	6,6	9.463
Madagascar	24.713	4,7	3.391
Moçambique	23.498	4,4	3.189
Haiti	17.000	3,2	2.500
Holanda	14.439	2,7	2.596
Outros (*)	11.532	2,2	1.131
TOTAL MUNDIAL	528.387	100,0	73.349

Fonte: FAO — Anuário do Comércio — 1970.

(*) Inclui Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha Ocidental, Itália, Portugal, Suíça, Suécia, Rep. Pop. da China, Índia, Indonésia, Malásia Ocidental, Ilhas Comoro e Malawi, que exportaram menos de 52.000 toneladas métricas no período.

Quadro 3.e. Exportações Mundiais de Óleo de Mamona
1969

Países	Quantidade 10 t métricas	% das quantidades	Valor US\$ 1.000
Brasil	184.287	87,2	45.153
Índia	13.349	6,3	4.437
Rep. Popular da China	7.500	3,5	2.500
Alemanha Ocidental	1.803	0,9	791
França	1.172	0,6	463
Reino Unido	1.110	0,5	576
Japão	798	0,4	363
Romênia	695	0,3	200
Outros (*)	686	0,3	3.257
TOTAL MUNDIAL	211.400	100,0	54.740

Fonte: FAO — Anuário do Comércio — 1970.

(*) Inclui Dinamarca, Itália, Portugal, Suíça, Iugoslávia, Paraguai, Israel, Malásia Ocidental, Paquistão, Singapura, Congo-Belga, Moçambique, África do Sul, Tanzânia e Uganda, que exportaram quantidades inferiores a 2.000 toneladas métricas.

Vantagens na Exportação de Produtos Primários Não-Tradicionais

O comércio de produtos primários não-tradicionais apresenta quase todos os problemas apontados anteriormente.

É evidente que isso ocorra, pois esses produtos, igualmente, apresentam pouco grau de beneficiamento. No entanto, eles desfrutam de maior dinamismo no mercado, dado os seus mais elevados coeficientes de elasticidade-renda da demanda, como é o caso dos citros e da carne bovina (Ver quadro 1).

Comparando a evolução das exportações nordestinas com a do Brasil, durante a década de sessenta, nota-se que as últimas quase duplicaram, enquanto as primeiras cresceram em apenas 45% (Ver quadro 4). Essa diferença significativa de crescimento das divisas de exportação do Brasil e do Nordeste decorre de uma crescente diversificação na pauta das exportações brasileiras.

Usando um raciocínio bastante simplificado mostrar-se-á, apenas, à guisa de ilustração, que uma mudança significativa na pauta em favor da entrada de produtos mais dinâmicos, ocasionará um incremento de divisas maior do que aquele que seria obtido através da manutenção da estrutura atual da pauta.

Considerando apenas dois produtos tradicionais de exportação — cacau e açúcar — e dois não-tradicionais — citros e carne bovina — procurar-se-á mostrar que, ao se substituírem os dois tradicionais da pauta (que representavam 34% das exportações globais em 1965), pelos dois não-tradicionais, ocorrerá um impacto maior no montante das divisas de exportação.

Supõe-se, inicialmente, que a demanda de exportações do Nordeste de cada um desses quatro produtos crescerá à mesma taxa da expansão da demanda mundial de cada um deles no período 1965-75. Como mostra o quadro 5, a demanda mundial dos não-tradicionais está crescendo a taxas mais elevadas que a dos tradicionais considerados.

Quadro 4. NORDESTE e BRASIL — Evolução das Exportações
1961/70

Anos	Brasil		Nordeste	
	Valor (US\$ 1.000)	Número Índice	Valor (US\$ 1.000)	Número Índice
1961	1.402.970	100	262.577	100
1962	1.214.185	86	195.989	75
1963	1.406.480	100	247.800	94
1964	1.429.790	102	215.550	82
1965	1.595.479	114	203.001	77
1966	1.331.321	95	263.475	100
1967	1.654.037	118	277.231	106
1968	1.881.344	134	279.331	107
1969	2.311.169	165	415.320	158
1970	2.711.141	193	381.155	145

Fonte: Ministério da Fazenda.

Quadro 5. Demanda Mundial Projetada de Alguns Produtos
Primários — 1965/75
(Em t)

Produtos	Demanda 1965	Demanda Projetada 1975	Taxa de Cres- cimento — %
Cacau	1.224.648	1.495.732	2,0
Açúcar	66.768.480	85.820.700	2,5
Citros (1)	13.085.280	17.572.810	3,0
Carne bovina (1)	50.532.320	39.640.990	2,6

Fonte: FAO — Agricultural Commodities — Projections for 1975 and 1985.

Nota: (1) Inclui o produto "in natura" e o processado.

Quadro 6. Estimativa das Exportações Nordestinas Conforme Duas Hipóteses de Crescimento da Demanda — 1975

Produtos	1965			Preços Médios 1968/70	1975					
	Quantidade (t)	Valor US\$ 1.000	%		Hipótese I		US\$ 1.000	Hipótese II		
					(Tx. Cresc. %)	(t)		(Tx. Cresc. %)	(t)	US\$ 1.000
Cacau	131.770	38.505	19,0	663,23	2,0	160.738	106.611	3,0	177.088	177.455
Açúcar	641.479	30.006	15,0	115,86	2,5	821.148	95.138	2,6	829.192	96.070
Exportações Totais	—	203.001	100,0	—	—	—	593.379	—	—	628.015

Fonte: Ministério da Fazenda.

FAO — Agricultural Commodities — Projections for 1975 and 1985.

Aplicando as taxas de crescimento do cacau e do açúcar ao volume das exportações destes produtos, em 1965, obtém-se a projeção das exportações para 1975, conforme a hipótese I, ou seja, supondo que a demanda de exportação do Nordeste cresça à mesma taxa que a demanda mundial de cada produto (Ver quadro 6). Admitindo-se que a média dos preços do período 1968/70 permaneça constante até o fim do período em análise, chega-se no valor das exportações dos dois produtos. O valor total foi determinado mediante aplicação do cálculo aritmético aos 34% que representavam o valor das exportações dos dois produtos em 1965. Mesmo tendo em vista que, atualmente, essa participação é de 54% admitiu-se que ela se reduza, voltando a atingir os 34% antes alcançados. Aceitando como válido esse primeiro raciocínio, as exportações nordestinas atingiriam US\$ 593.379 mil, em 1975, se a estrutura da pauta permanecesse sem alterações significativas.

Considere-se agora uma outra hipótese, ou seja, a de que o volume de cacau exportado em 1965 crescerá à mesma taxa da demanda mundial de citrus e que o de açúcar se expanda ao mesmo ritmo da demanda mundial de carne bovina até 1975. Dentro dessa hipótese, as exportações deveriam gerar US\$ 628.015 mil de divisas em 1975. Isto significa que se houvesse uma mudança qualitativa na pauta, de forma que a maioria dos produtos primários tradicionais fosse substituída por produtos mais dinâmicos, o impacto no incremento de divisas seria considerável. No caso em questão, mesmo seguindo um raciocínio abstrato, a diferença no volume de divisas de exportação é de 5,8%, quando se passa da hipótese I para a hipótese II.

Uma Política de Diversificação das Exportações de Produtos Primários e a Política de Desenvolvimento Agrícola Regional

Mencionou-se, anteriormente, que os excedentes de produtos agrícolas tradicionais que vêm sendo exportados pelo Nordeste não exigem, em geral, muito esforço da economia para serem gerados. A disponibilidade de terra e de mão-de-obra barata, além das condições favoráveis de solo, são alguns fatores que tornam possível sua obtenção. Ademais, já existe também uma infraestrutura de transporte e armazenamento apropriada à exportação desses produtos. Por outro lado, observou-se também que, devidos às limitações que o mercado externo apresenta com relação a esse tipo de produto, o volume de divisas geradas através da exportação é relativamente pequeno para atender ao esforço de crescimento da renda regional, embora a balança comercial do Nordeste tenha apresentado saldos positivos nos últimos anos.

Estudos de mercado externo para frutas tropicais e para outros produtos de origem vegetal e animal (9) indicam que existem possibilidades efetivas de colocação desses produtos nos mercados externos, contanto que se disponha de meios de transporte e instalações portuárias adequadas, pois a maior parte deles são de grande perecibilidade.

(9) Ver, por exemplo, a série "Estudos de Mercado de Produtos Agropecuários do Nordeste" editada pela SUDENE, Recife, 1971.

Convém indagar, então, se a Região apresenta condições favoráveis de produção, de forma que um programa de diversificação das exportações de bens primários possa ser estabelecido como meta.

Além dos incentivos fiscais dos artigos 34/18 da SUDENE, estendidos à agropecuária a partir de 1965, o Programa de Integração Nacional (PIN) traçou algumas diretrizes básicas para a dinamização da agricultura regional. Os principais objetivos desse Programa são: a elevação da produtividade das principais culturas, a partir do uso de sementes selecionadas, de fertilizantes e de outros insumos modernos; o aproveitamento das áreas irrigáveis mais promissoras; o aproveitamento de novas oportunidades agrícolas; a modernização e a ampliação do setor pesqueiro; e a implantação de projetos de pesquisa agrônômica e tecnológica.

Através do sistema 34/18 foram aprovados, até dezembro de 1971, 446 projetos agropecuários, dos quais 179 voltar-se-ão para a exploração da pecuária bovina de corte, 128 para a pecuária bovina de leite e 32 são puramente agrícolas. Esses últimos estão orientados para as culturas de seringueira, coco, limão, uva, inhame, cana-de-açúcar, madeira, arroz, milho, feijão, mandioca, soja, banana, amendoim, girassol, melão, urucu, caju e alho, totalizando investimentos de Cr\$ 1.550 milhões aproximadamente, em moeda corrente. Como começaram a ser implantados por volta de 1966, espera-se que o impacto desses projetos no crescimento da produção agropecuária nordestina se faça sentir logo no início da presente década.

A partir do corrente ano, serão deduzidos 20% dos recursos obtidos através do sistema 34/18, para aplicação por intermédio do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e Nordeste (PROTERRA). Dentro dos objetivos pretendidos acredita-se que os resultados da execução desse Programa serão relativamente melhores que os obtidos através do sistema anterior.

Do lado do PIN, foi criado pelo BNB o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), destinado a apoiar o esforço necessário à pesquisa agrônômica, tecnológica e econômica. Alguns projetos já foram financiados com recursos desse Fundo e se encontram em execução.

O BNB firmou, recentemente, convênio com a Associação Nacional de Difusão de Adubos (ANDA) para a coordenação de um vasto programa de pesquisa e demonstração de fertilizantes nos Estados do Nordeste, abrangendo 750 campos de experimentação e 4.500 campos de demonstração. Já se acham programados 291 campos de pesquisa e 1.242 de demonstração para o presente ano, beneficiando as culturas de algodão arbóreo e herbáceo, arroz, feijão, mandioca, milho, abacaxi, cebola e cana-de-açúcar.

Com o objetivo de dinamizar a agricultura brasileira e torná-la menos vulnerável às secas, o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) elaborou, em 1970, o Plano Nacional de Irrigação, contemplando quatro regiões, das quais duas abrangem áreas pertencentes ao Nordeste. A região A abrange quase todo o Nordeste, do Maranhão à Bahia, e o Norte de Minas Gerais, excluída a bacia do rio São Francisco. A região B compreende o vale do rio São Francisco, incluindo partes dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

O Plano de irrigação para a região A, supervisionado pelo DNOCS, já conta com oito projetos implantados, cobrindo uma área de 35.400 ha, sendo a meta a implantação de 126.000 ha em toda a região, até 1974. O Projeto Banabuiu — Morada Nova é o que está em fase mais avançada, já estando produzindo em escala comercial algodão herbáceo, amendoim, tomate, milho, feijão, laranja, banana e forrageiras.

Na região B, a SUVALE já implantou dois projetos, com 1.000 ha cada um, estando ainda em andamento vários estudos de viabilidade. O projeto Bebedouro encontra-se em fase bastante adiantada. Já se cultivam, em escala comercial, sorgo, milho, amendoim, feijão, soja, batata, algodão, forrageiras, tomate, melão, cenoura, cebola, melancia, pimentão e uva. Em fase de experimentação encontram-se as produções de citros, pinha, caqui, figo, pêssego, trigo, cevada, alpiste, inhame, mandioca e banana.

Vale acrescentar que as explorações nessas áreas irrigadas apresentam, em geral, níveis de produtividade física duas vezes superiores àqueles obtidos em terrenos comuns, além da que é possível obter dois a três ciclos de produção por ano, no caso das culturas temporárias. A agricultura das áreas irrigadas tem ainda o caráter de ocupar a mão-de-obra permanentemente, evitando nas regiões abrangentes o problema do desemprego sazonal, ao mesmo tempo em que diminui consideravelmente a irregularidade da oferta, se efetuados rodízios de produção.

Com base nos programas de modernização da agricultura, consubstanciados no PIN, acredita-se que, a partir de 1974, a produção agrícola nordestina poderá sofrer expressivo impacto em termos quantitativo e qualitativo. É uma vez que o crescimento da demanda interna está limitado, tanto pela baixa elasticidade-renda, como pelo baixo poder aquisitivo da grande maioria da população (10), principalmente no caso dos chamados produtos nobres — uva, melão, pêssego, etc. — a alternativa é de se encaminhar o excedente agrícola para o mercado externo.

Um fator de grande relevância que deve ser considerado dentro da política de desenvolvimento regional é que um programa de modernização da agricultura não pode ser aplicado a todas as culturas indiscriminadamente. No caso das culturas voltadas para o mercado interno, a interferência do mecanismo de autocontrole de preços (11) impede a expansão da modernização. Somente nos casos das culturas típicas de exportação e daquelas que se tornam anti-econômicas quando cultivadas mediante aplicação de tecnologia tradicional (no caso das frutas), é que é possível utilizar uma tecnologia moderna(12).

(10) Segundo as tabulações avançadas do Curso Demográfico do Brasil-1970, 53% da população economicamente ativa do Nordeste com idade superior a dez anos tem rendimento médio mensal inferior a Cr\$ 100,00.

(11) Ver Muller Paiva (1971). "Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura". *Pesquisa e Planejamento*, Vol. II, n.º 2; pp-171-234, onde o autor afirma que a expansão da técnica moderna traz uma queda de preço do produto e dos fatores tradicionais, que motiva o desestímulo dos agricultores para o emprego de técnicas modernas em substituição às tradicionais.

(12) Idem, op. cit. No caso dos produtos de exportação, a não ocorrência da queda de preço do produto impede o funcionamento do mecanismo de auto-controle.

Diante dessas observações torna-se evidente que, dentro do atual modelo de crescimento, um programa de incentivo e diversificação das exportações de produtos primários é indispensável ao esforço de modernização e dinamismo da agricultura nordestina.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BNB/ETENE — “Relatório 1971”
2. ——— — “Evolução, Características e Perspectivas das Exportações do Nordeste”, Inédito.
3. CARLOS, M. Cleide (1972) — “Distribuição da Posse da Terra e Uso de Fatores de Produção na Agricultura Brasileira”, *Revista Econômica*, ano 4. n.º 12.
4. CASTRO, A. Barros (1971) — “7 Ensaio sobre a Economia Brasileira”, Editora Forense, Rio de Janeiro, pp. 143-144.
5. DNOCS (1971) — “Programa de Irrigação” — 1972/4.
6. FAO (1967) — *Agricultural Commodities — Projections for 1975 and 1985* — Roma.
7. ——— — (1970) — *Annuaire du Commerce*.
8. FAO (1972) — “Main Issues in Agricultural Commodity Trade”, Rome, p. 1-3.
9. GUNDER FRANK, A. (1969). “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano” in *Urbanização e Subdesenvolvimento*, Zahar, Rio de Janeiro.
10. IANNI, Octavio (1971). “La Dependencia Estructural” em *Comércio Exterior*, vol. XII, n.º 12, México, pp. 1131/1138.
11. IBGE (1970) — *Tabulações Avançadas do Censo Demográfico — 1970. VIII — Recenseamento Geral. Resultados Preliminares*.
12. MINISTÉRIO DO INTERIOR/GEIDA (1970). *Plano Nacional de Irrigação. Diagnóstico Preliminar*.
13. SUDENE — Secretaria Executiva — “Relatório Out/Dez — 1971”.

S U M M A R Y

This paper studies some of the limitations of the foreign market for traditional primary products and explores the feasibility of a change in the contents of the Northeastern Table of Exports, on behalf of the introduction of new products of the primary sector.

The author adds to the analysis an abstract of the program of modernization of the Northeastern Agriculture (Summarized in the National Integration Program — PIN). He reaches to the conclusion that the increase of agricultural products, mainly new ones, may be supplied to the international market, once that the domestic market will not absorb those in the amount produced.

Within such limitations and considering the conditions of both the foreign demand for the traditional agricultural goods and the domestic demand for products of higher income elasticity, the paper concludes for the viability of an incentive program towards the diversification of the Northeastern Table of Exports, on behalf of non-traditional primary products.

